CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

INFORMATIVO SINDICAL

CNTI

www.cnti.org.br — MATÉRIAS VEICULADAS NA INTERNET

MAIO LILÁS

Filiada à NCST NOVA CENTRAL

Brasília-DF, 09 de maio de 2025

Representantes do Setor Extrativo reúnem-se com a ministra Gleisi Hoffmann

Nesta quarta-feira (7), o companheiro **Genoir José dos Santos** (*Foquinha*), presidente da **Federação Interestadual dos Trabalhadores em Extração de Carvão do Sul do País (PR/RS/SC)** e suplente da Secretaria da CNTI na Região Sul, juntamente com companheiros dirigentes do setor extrativo, reuniram-se com a ministra Chefe da Secretaria de Relações Institucionais, **Gleisi Helena Hoffmann**. Na pauta, o **PLP 66/25**, de autoria da **Deputada Ana Paula Lima** que trata da aposentadoria especial dos mineiros do carvão para o Sul do Brasil (PR/RS/SC), e terá sua tramitação normal na Câmara dos Deputados e não terá oposição do governo federal. Quanto à indicação de representantes do governo federal dos ministérios de Minas e Energia, Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento, para compor a Comissão de Transição Energética Justa, conforme estabelecido na Lei 14.299/22, a ministra assumiu compromisso de indicar os representantes do governo e botar a Comissão para funcionar. Questionada sobre o futuro do carvão na visão do governo federal, ela informou que está sendo construída uma MP na Casa Civil que atenda os 3 estados do Sul e já está em fase de conclusão para que ocorra uma transição energética justa, inclusiva e sustentável nos setor carbonífero brasileiro.

Emenda pelo fim da contribuição assistencial vai ao plenário do Senado

Nesta quarta-feira (7), o Senado votou a emenda do senador Rogério Marinho (PL-RN), que extingue a contribuição assistencial e estabelece que os sindicatos não podem cobrar nenhuma taxa dos trabalhadores. O senador Paulo Paim apresentou uma emenda para modificar a proposta de Marinho, mas esta foi completamente rejeitada pelo autor. Agora, o projeto de Marinho, sob regime de urgência, seguirá para votação no plenário do Senado.

Diante disso, as entidades sindicais precisam se mobilizar amplamente para evitar que o movimento sindical brasileiro seja inviabilizado pela extinção definitiva de seus recursos.

CNTI - SEPN Quadra 513 Bloco D, Nº 38, Salas 317, 319 e 321 - Edifício Imperador - CEP 70769-900 - Brasília – DF
Fone: (61) 3448-9900 – Site: www.cnti.org.br – e-mail: cnti@cnti.org.br

O diretor da Nova Central e presidente da Contratuh, Wilson Pereira, acompanhado de outros diretores da entidade, esteve na manhã desta quarta-feira no Senado e na Câmara dos Deputados, dialogando com parlamentares e se posicionando contra a aprovação da medida. Wilson lamentou profundamente que o senador Rogério Marinho siga atuando como um dos principais opositores da classe sindical, promovendo iniciativas que restringem os direitos dos trabalhadores e contando com o apoio da ala conservadora do Congresso para fragilizar o movimento sindical.

Detalhes da emenda
A proposta de Rogério Marinho amplia as opções disponíveis para empresas recorrerem antes de sofrer protestos ou inscrições em órgãos de proteção ao crédito, o que pode atrasar o pagamento de dívidas trabalhistas e dificultar a rápida execução de decisões judiciais.

Além disso, a emenda reduz algumas penalidades para empregadores que não cumprem decisões judiciais dentro do prazo de 15 dias. Isso pode diminuir a pressão sobre empresas inadimplentes e enfraquecer a eficácia da cobrança de dívidas trabalhistas.

Fim da contribuição assistencial
Embora a emenda de Rogério Marinho não esteja diretamente relacionada ao artigo 883-A, ela foi incorporada ao projeto. Seu objetivo é limitar a cobrança da contribuição assistencial pelos sindicatos, o que pode comprometer o financiamento dessas entidades e reduzir sua capacidade de atuação na defesa dos direitos dos trabalhadores.

Impactos para os trabalhadores
Com mais possibilidades de recurso para empregadores, os trabalhadores podem enfrentar processos mais longos para receber indenizações e salários atrasados.

A flexibilização das penalidades também pode diminuir a pressão sobre empresas inadimplentes, tornando a cobrança de dívidas trabalhistas menos eficaz e dificultando a punição de empregadores que não cumprem decisões judiciais.

A extinção da contribuição assistencial pode enfraquecer financeiramente os sindicatos, dificultando a organização de greves, negociações coletivas e outras ações de defesa dos direitos trabalhistas.

Oposição à proposta
As emendas de Rogério Marinho enfrentam forte resistência entre sindicatos e parlamentares que defendem os direitos trabalhistas. Há um movimento para barrar essas alterações e preservar o projeto original, sem as mudanças propostas pelo senador. No entanto, neste primeiro "round", a força da representação conservadora no Congresso prevaleceu. Agora, os sindicalistas intensificam sua mobilização para tentar convencer os parlamentares a rejeitarem essas medidas.

Geraldo alerta
O secretário geral da Contratuh, Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, conversando com o presidente Wilson Pereira, comentou que o momento é de mobilização geral das bases trabalhadoras a fim de conversar com os parlamentares. "É preciso que os nossos dirigentes sindicais vão, nos seus estados a cada parlamentar, a fim de eles possam apoiar a ideia da emenda de Paulo Paim, a fim de não desestruturar de vez o movimento sindical brasileiro". Há uma grande confiança, ainda, de que a decisão possa demover o parlamento de uma atitude tão radical e tão nociva ao trabalhador e às representações sindicais.

Fonte: Imprensa Contratuh

Maio Lilás reflete sobre o trabalho com campanha 'CLT: Quem conhece, defende'

A iniciativa Maio Lilás busca ampliar o conhecimento sobre os direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Entenda

Neste mês de maio, o Ministério Público do Trabalho (MPT) dá início à campanha Maio Lilás, que neste ano traz o slogan "CLT: Quem conhece, defende". A ação convida especialmente os jovens a refletirem sobre o papel do emprego formal na construção de relações de trabalho mais estáveis, protegidas e justas. Entenda na TVT News.

A iniciativa busca ampliar o conhecimento sobre os direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e estimular espaços de diálogo e construção coletiva sobre o futuro do trabalho.
A campanha inclui uma série de ações, como conteúdos nas redes sociais do MPT, uma edição especial da Revista MPT em Quadrinhos — dedicada à

conscientização sobre práticas antissindicais — e um evento nacional em celebração aos 16 anos da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical e do Diálogo Social (Conalis). As atividades pretendem aproximar diferentes públicos da discussão sobre proteção social e caminhos possíveis para garantir um trabalho digno em tempos de mudanças profundas nas formas de contratação.

CLT protetora no Maio Lilás

Se de um lado a chamada "nova economia" oferece promessas de autonomia e flexibilidade, do outro, a realidade de milhares de trabalhadores é marcada pela ausência de direitos e pela vulnerabilidade. É o que aponta uma pesquisa recente da ONG Ação da Cidadania, divulgada em abril. Segundo o levantamento, 41% dos entregadores de comida por aplicativo já sofreram acidentes de trabalho; entre esses, 38,8% afirmaram ter sofrido acidentes graves, com afastamento. Além disso, 56,7% dos entrevistados disseram trabalhar todos os dias da semana — o que evidencia a precariedade por trás da aparente liberdade.

Para a procuradora regional do Trabalho Viviann Brito Mattos, coordenadora nacional da Conalis, a proposta do Maio Lilás deste ano é abrir caminhos para que a juventude se aproxime da ideia de trabalho formal como uma forma de proteção, e não de limitação.

"Para muitos jovens, o trabalho formal parece antiquado ou sem ambição. Mas essa visão ignora o que realmente está em jogo. A CLT não limita — ela protege. Ter carteira assinada não é sinônimo de mediocridade, é sinal de que há uma rede de direitos que sustenta quem trabalha. Com a campanha deste ano, queremos abrir espaço para que a juventude reconheça o valor da proteção coletiva e participe ativamente das conversas sobre o futuro do trabalho", afirma.

A vice-coordenadora nacional da Conalis, Priscila Moreto de Paula, também procuradora do Trabalho, reforça que a CLT ainda é essencial, mesmo diante das transformações nas formas de produção.

"Se o modo de produção ainda é o capitalista, o mundo do trabalho não mudou. A grande maioria das pessoas depende de sua força de trabalho para sobreviver, e as condições de trabalho ofertadas, quando ausente qualquer regulamentação, produzem miséria, privações e sofrimento. O trabalho protegido, compreendido como aquelas condições de trabalho minimamente dignas previstas na CLT e no Texto Constitucional, é fruto de luta da classe trabalhadora e sua aplicação, se o mundo do trabalho não mudou, deve ser para toda e qualquer relação de trabalho. A CLT é uma conquista que continua fazendo sentido — e que pode ser aplicada junto com as novas formas de trabalhar."

Maio Lilás

Criada em 2017, a campanha Maio Lilás acontece anualmente para promover o diálogo social e fortalecer a luta pela liberdade sindical. A cor lilás, símbolo da campanha, é um tributo às 129 mulheres trabalhadoras que foram trancadas e queimadas vivas em uma fábrica têxtil em Nova Iorque, em 8 de março de 1857, após reivindicarem melhores condições de trabalho. No momento do incêndio criminoso, confeccionava-se um tecido lilás — símbolo que, até hoje, representa resistência e luta por dignidade no trabalho.

Fonte: TVTNews

Impactos da 'pejotização' serão tema de audiência pública na CAS

Edilson Rodrigues/Agência Senado

O debate foi solicitado pelo senador Paulo Paim

Os impactos da "pejotização" — quando a empresa contrata o trabalhador como pessoa jurídica (PJ), e não como empregado com carteira assinada — serão discutidos em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em data a ser confirmada.

A audiência foi solicitada pelo senador Paulo Paim (PT-RS) por meio de um requerimento: o REQ 27/2025 - CAS, que foi aprovado pela CAS nesta quarta-feira (7).

"Ao contratar um profissional como se ele fosse uma empresa, ou seja, um prestador de serviços, em substituição a um empregado formal, pode haver a supressão de direitos trabalhistas e a precarização das condições de trabalho. Além disso, o fenômeno pode acarretar em desigualdade entre os trabalhadores e promover a insegurança jurídica", afirma Paim em seu requerimento.

O senador lembra que recentemente o Supremo Tribunal Federal suspendeu todos os processos judiciais que discutem a "pejotização" no país em busca de uma interpretação definitiva sobre o tema.

Fonte: Agência Senado

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA
CNTI
INFORMATIVO SINDICAL
www.cnti.org.br — MATÉRIAS VEICULADAS NA INTERNET
MAIO LILÁS
Filiada à NCST NOVA CENTRAL
Brasília-DF, 09 de maio de 2025

Câmara cria subcomissão para analisar PEC do fim da escala 6x1

Deputada Erika Hilton - Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

O deputado Luiz Gastão, relator do texto, afirmou que buscará o diálogo com diversos setores para harmonizar interesses e apresentar um texto que contemple as particularidades de cada segmento econômico.

A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados instaurou, nesta quarta-feira (7) uma subcomissão para avaliar a proposta de emenda à Constituição (PEC) 8/25, que propõe o fim da escala de trabalho 6x1. O grupo, presidido pela deputada Erika Hilton (Psol-SP), autora da proposta, e com relatoria do deputado Luiz Gastão (PSD-CE), tem como objetivo discutir o texto e formular sugestões.

A PEC da deputada pretende acabar com a escala 6x1, aquela em que se trabalha seis dias para folgar um. O texto prevê a instituição de uma jornada semanal de 36 horas. Atualmente, o limite é de 44 horas semanais, respeitada a carga horária diária de 8 horas de trabalho.

A maioria dos parlamentares presentes na reunião demonstrou concordância com a redução da jornada de trabalho, considerada ultrapassada e prejudicial aos trabalhadores. Contudo, reconhecem a necessidade de ajustes para atender às demandas empresariais. O deputado Luiz Gastão afirmou que buscará o diálogo com diversos setores para harmonizar interesses e apresentar um texto que contemple as particularidades de cada segmento econômico.

"Há empresas em que a relação folha de pagamento com o faturamento dá mais de 40% a 50%, ao passo que tem outros segmentos da atividade econômica em que a relação folha de pagamento e faturamento é 10%, 5%. Nessas empresas, o impacto da folha não é tanto".

A deputada Erika Hilton destacou pesquisas que indicam a aprovação de quase 70% da população brasileira à redução da jornada. Ela defendeu a construção de um consenso que atenda aos diferentes setores.

"Nós não chegamos aqui com as respostas prontas de qual será o texto final dessa proposta, nós precisamos trabalhar em cima desse texto, ouvindo, colhendo, criando esse consenso para que nós possamos encaminhar uma saída digna, humana, possível, ao conjunto dos trabalhadores", disse.

Contrário à proposta, o líder da oposição, deputado Zucco (PL-RS), a classificou como inviável, argumentando que geraria aumento de custos para os empresários, especialmente os de pequeno e médio porte. Ele prevê, como consequência, aumento do desemprego e da inflação, devido à transferência dos custos adicionais para o consumidor final.

O deputado Vicentinho (PT-SP) lembrou que a última redução da jornada de trabalho no Brasil ocorreu em 1988, de 48 para 44 horas semanais. Para prosseguir, a PEC precisa ter sua admissibilidade aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, posteriormente, ser analisada por uma comissão especial.

Fonte: Agência Câmara

https://www.instagram.com/p/DJUexqNuNcM/?img_index=2

CNTI - SEPN Quadra 513 Bloco D, Nº 38, Salas 317, 319 e 321 - Edifício Imperador - CEP 70769-900 - Brasília – DF
Fone: (61) 3448-9900 – Site: www.cnti.org.br – e-mail: cnti@cnti.org.br